

ÍNDICE GERAL

MODO DE CITAR E ABREVIATURAS	11
PLANO DA OBRA	25
INTRODUÇÃO	27
1. Objeto do estudo	27
2. Coordenadas da investigação	31
2.1 O conceito jurídico de interesse	31
2.1.1 Ambiguidade e plurivalência do termo “interesse”.	31
2.1.2 Formulações abstratas e concretas de interesse.	39
2.1.3 Juízos de interesse de “informação limitada” e “considerando todas as coisas”.	47
2.2 A variabilidade semântica da locução “conflito de interesses”	50
2.2.1 Aceções de “conflito de interesses” e idoneidade para agir sobre interesses alheios.	50
2.2.2 Incompatibilidades e conflitos de interesses	61
2.3 Conflitos de interesses entre sócios e sociedade.	68
2.3.1 Interesses subjacentes: interesse social e interesses extrassocie-tários	68
2.3.2 Composição, regulação e definição de interesses através do exercício do direito de voto	74
2.3.3 Conflitos de interesses	78
2.3.3.1 Conflitos formais e substantivos	78
2.3.3.2 Conflitos estruturais e conjunturais	81
3. Plano de exposição	83

PARTE I – REFLEXÃO HISTÓRICO-CRÍTICA	85
CAPÍTULO I – Sociedades anónimas	87
4. Sociedades anónimas	87
4.1 As companhias privilegiadas	87
4.1.1 Quadro geral	87
4.1.1.1 Preliminares	87
4.1.1.2 O modelo inglês	91
4.1.1.3 O modelo continental	94
4.1.1.3.1 Companhias holandesas	94
4.1.1.3.2 Companhias germânicas	97
4.1.1.3.3 Companhias portuguesas	99
4.1.2 Os conflitos de interesses nas companhias privilegiadas	100
4.2 As sociedades anónimas oitocentistas e a transição para o século xx	103
4.2.1 A experiência francesa	103
4.2.1.1 O <i>Code de Commerce</i> (1807)	103
4.2.1.1.1 Antecedentes e implementação	103
4.2.1.1.2 A distribuição de poderes na sociedade anónima e a regulação estatutária de conflitos de interesses entre sócios e sociedade	109
4.2.1.2 As Leis de 1856 e de 1863. A previsão legal de proibições de voto de subscritores por conflito de interesses com a sociedade	112
4.2.1.3 A Lei de 1867.	116
4.2.1.3.1 Aspetos gerais	116
4.2.1.3.2 O art. 4 da Lei de 1867 e a controvérsia doutrinal quanto ao reconhecimento de um princípio geral de inibição de voto dos acionistas por conflito de interesses com a sociedade	122
4.2.1.4 A Lei de 1893.	127
4.2.2 A experiência germânica	129
4.2.2.1 As Leis prussianas de 1838 e de 1843	129
4.2.2.1.1 Quadro legal e prática estatutária	129
4.2.2.1.2 Limitações aos poderes da maioria	135
4.2.2.1.2.1 A “incomodidade” doutrinal: em particular, os contributos de Glück e Pöhls	135
4.2.2.1.2.2 As primeiras previsões estatutárias de inibições de voto dos acionistas por conflito de interesses com a sociedade	138
4.2.2.2 Da versão originária do ADHGB (1861) à Novela de 1870.	139

4.2.2.2.1 A disciplina do direito de voto e o reconhecimento da assembleia geral como “órgão supremo” da sociedade	139
4.2.2.2.2 As inibições de voto dos sócios por conflito de interesses com a sociedade	142
4.2.2.3 A Novela de 1884	145
4.2.2.3.1 Enquadramento e objetivos da reforma. A consagração legal do direito de impugnação das deliberações de sócios e o contributo de Reinganum	145
4.2.2.3.2 As inibições de voto dos acionistas por conflito de interesses com a sociedade	150
4.2.2.4 O HGB de 1897	153
4.2.2.4.1 Aspetos gerais. A “utilidade coletiva” do direito de voto	153
4.2.2.4.2 As inibições de voto dos acionistas por conflito de interesses com a sociedade	155
4.2.2.4.2.1 Observações gerais. O § 252, 3.º parágrafo, do HGB	155
4.2.2.4.2.2 Debate sobre a eventual taxatividade das proibições de voto. A posição de Völderndorff	158
4.2.2.4.2.3 O processo de erosão da proibição de voto sobre a celebração de negócios jurídicos entre sócio e sociedade.	160
4.2.2.4.2.3.1 A exclusão dos <i>atos sociais</i> do universo das proibições de voto	160
4.2.2.4.2.3.2 Relance sobre os casos <i>Hibernia</i> (1908) e <i>Stumm-Konzern</i> (1926)	169
4.2.2.4.2.4 A expansão do âmbito de aplicação subjetivo das proibições de voto por conflito de interesses	177
4.2.2.4.2.5 A construção de Hachenburg: o recurso ao § 157 do BGB como fundamento de ampliação do universo das proibições de voto por conflito de interesses	181
4.2.2.4.3 A crise do paradigma legal da assembleia geral	185
4.2.3 A experiência portuguesa	193
4.2.3.1 O Código de Ferreira Borges (1833)	193
4.2.3.1.1 O regime legal.	193
4.2.3.1.2 A experiência estatutária	196
4.2.3.1.2.1 Quadro geral	196
4.2.3.1.2.2 Inibições de voto dos acionistas por conflito de interesses com a sociedade	201
4.2.3.2 A Lei de 22 de junho de 1867	202
4.2.3.2.1 O regime legal. O subsídio de Tavares de Medeiros	202
4.2.3.2.2 A experiência estatutária	207

4.2.3.2.2.1	Quadro geral	207
4.2.3.2.2.2	Inibições de voto de acionistas por conflito de interesses com a sociedade	211
4.2.3.3	O Código de Veiga Beirão (1888)	211
4.2.3.3.1	Observações gerais	211
4.2.3.3.2	Inibições de voto dos acionistas por conflito de interesses com a sociedade	219
4.2.3.3.2.1	O regime legal	219
4.2.3.3.2.1.1	O art. 164.º, § 6.º, do Código de Veiga Beirão e a inibição de voto dos fundadores nas assembleias constituintes	219
4.2.3.3.2.1.2	Problematização quanto à admissibilidade de voto em conflito de interesses nas assembleias ordinárias e extraordinárias: o silêncio da lei e as posições do Visconde de Carnaxide e de Cunha Gonçalves	222
4.2.3.3.2.2	A experiência estatutária	229
4.3	Das sociedades anónimas do século xx até à atualidade	231
4.3.1	Observações gerais: a regulação legal dos conflitos de interesses entre sócios e o Direito europeu das sociedades	231
4.3.2	Experiências estrangeiras.	234
4.3.2.1	Sistemas jurídicos continentais	234
4.3.2.1.1	A experiência germânica	234
4.3.2.1.2	A experiência francesa.	239
4.3.2.1.3	A experiência espanhola	244
4.3.2.1.3.1	Quadro legal	244
4.3.2.1.3.2	A defesa doutrinal de um dever genérico dos acionistas de não exercício do direito de voto em situações de conflito de interesses com a sociedade.	250
4.3.2.1.4	A experiência italiana	257
4.3.2.1.4.1	Sob a vigência do Código de Comércio de 1882	257
4.3.2.1.4.2	Trabalhos preparatórios e <i>Codice Civile</i> (1942)	269
4.3.2.1.4.3	A disciplina do <i>Codice Civile</i> após a reforma de 2003	282
4.3.2.2	Sistemas jurídicos de <i>common law</i>	290
4.3.2.2.1	Enquadramento: os deveres fiduciários (<i>fiduciary duties</i>) dos sócios	290
4.3.2.2.2	As inibições de voto de sócios por conflito de interesses com a sociedade	297

4.3.3 A experiência portuguesa	304
4.3.3.1 De inícios do século xx até ao Código das Sociedades Comerciais (1986)	304
4.3.3.1.1 Sob a vigência do Código de Veiga Beirão	304
4.3.3.1.2 Os trabalhos preparatórios do Código das Sociedades Comerciais.	311
4.3.3.1.2.1 Considerações gerais. O atribulado e opaco processo legislativo	311
4.3.3.1.2.2 Os anteprojetos de Ferrer Correia (<i>Disposições Gerais</i>) e de Vaz Serra (<i>Assembleia Geral</i>).	313
4.3.3.1.2.3 O projeto global (1983)	316
4.3.3.2 O Código das Sociedades Comerciais	317
 CAPÍTULO II – Sociedades por quotas	321
5. Sociedades por quotas	321
5.1 Observações gerais	321
5.2 Ordenamentos jurídicos estrangeiros	322
5.2.1 A experiência germânica	322
5.2.2 As experiências francesa e italiana	324
5.3 A experiência portuguesa	325
5.3.1 Da Lei das sociedades por quotas (1901) ao Código das Sociedades Comerciais (1986)	325
5.3.1.1 A Lei das sociedades por quotas.	325
5.3.1.1.1 Quadro geral	325
5.3.1.1.2 As inibições de voto por conflito de interesses: o art. 39.º, § 3.º, da Lei das sociedades por quotas	326
5.3.1.1.2.1 Observações gerais. As raízes sibilinas do § 3.º	326
5.3.1.1.2.2 Ensaio interpretativos gorados	333
5.3.1.1.2.2.1 A proibição de voto como instrumento de tutela de direitos especiais. A interpretação de Fernando Martins de Carvalho	333
5.3.1.1.2.2.2 O art. 39.º, § 3.º, da Lei das sociedades por quotas como mecanismo de controlo <i>ex post facto</i> das deliberações sociais: a construção de Rivera Martins de Carvalho.	338
5.3.1.1.2.3 Aplicação jurisprudencial do art. 39.º, § 3.º, da Lei das sociedades por quotas. O controverso alcance desse preceito e o Assento do STJ de 26 de maio de 1961	342

5.3.1.2 Os trabalhos preparatórios do Código das Sociedades Comerciais	350
5.3.1.2.1 Os anteprojetos de Raúl Ventura, de Vaz Serra e de Coimbra	350
5.3.1.2.2 O projeto global (1983)	352
5.3.2 O Código das Sociedades Comerciais	353
PARTE II – CONFLITOS DE INTERESSES ENTRE SÓCIOS E SOCIEDADE NO DEALBAR DO SÉCULO XXI	357
CAPÍTULO I – Subsídios do debate sobre o governo das sociedades comerciais	359
6. Observações gerais	359
7. A problematização dos conflitos de interesses entre sócios e sociedade sob a perspetiva da análise económica do Direito (<i>Law and Economics</i>)	374
7.1 A teoria da “agência” (<i>agency</i>) como modelo de análise dos conflitos entre sócios.	374
7.1.1 A teoria da “agência” e a conceção da sociedade como um “nexo de contratos”	374
7.1.2 As “relações de agência” nas sociedades comerciais. Os conflitos de interesses entre sócios e sociedade como “problema de agência” e a necessidade de proceder à sua regulação.	381
7.1.3 Mecanismos de regulação dos conflitos de interesses entre sócios e sociedade e de redução de “custos de agência”. Técnicas preventivas e repressivas.	394
7.1.4 Balanço sobre a aplicação da teoria económica da “agência” aos conflitos de interesses entre sócios e sociedade	403
7.2 O relevo económico das diferentes técnicas de regulação dos conflitos de interesses entre sócios e sociedade: considerações ilustrativas em torno dos negócios jurídicos onerosos entre sócios e sociedade (<i>self-dealing</i>)	407
8. Relevância da tipologia societária e da “estrutura real” das sociedades nos conflitos de interesses entre sócios e sociedade	417
8.1 Observações gerais	417
8.2 A dicotomia entre sociedades fechadas e abertas	424
8.3 Peculiaridades dos conflitos endossocietários nas sociedades cotadas: reflexos sobre os conflitos de interesses entre sócios e sociedade	428

CAPÍTULO II –Intervenientes nos conflitos: a textura heterogénea dos sócios das sociedades de capitais hodiernas.	435
9. Expressão e relevo da participação dos investidores institucionais no capital social das sociedades cotadas	435
9.1 Preliminares	435
9.2 Sócios empresários, investidores individuais e investidores institucionais.	448
9.3 Das expectativas de ativismo ao ceticismo: limites a uma intervenção moderadora dos investidores institucionais ao nível dos conflitos de interesses entre sócios e sociedade	460
9.4 Conflitos de interesses entre investidores institucionais e sociedades participadas	477
9.4.1 Quadro geral	477
9.4.2 Ilustração de alguns conflitos de interesses com sociedades participadas característicos dos investidores institucionais	485
9.4.2.1 Conflitos decorrentes de relações comerciais com sociedades participadas	485
9.4.2.2 Conflitos associados à diversificação de carteiras	492
10. Singularidades dos <i>hedge funds</i>	495
10.1 Observações gerais. Relevo e protagonismo.	495
10.2 Raízes. O pioneirismo de Alfred Winslow Jones	510
10.3 Noção e caracterização	513
10.4 Meios de exercício de influência	522
10.4.1 Aquisição de participações sociais	522
10.4.2 Outros meios de exercício de influência	524
10.5 Estratégias de investimento	527
10.5.1 Enquadramento	527
10.5.2 A detenção, em simultâneo, de participações longas e curtas.	528
10.5.2.1 Apresentação	528
10.5.2.2 As vendas curtas (<i>short selling</i>)	529
10.5.2.2.1 Evolução histórica (sinopse).	529
10.5.2.2.2 Riscos e benefícios	532
10.5.2.2.3 Noção de venda curta. Distinção entre vendas curtas descobertas e cobertas	535
10.5.2.2.4 O vendedor curto (enquanto acionista)	539
10.5.2.3 Objetivos e riscos inerentes à detenção concomitante de participações longas e curtas	541
10.5.3 Outras estratégias de investimento	544
10.6 Conflitos de interesses entre <i>hedge funds</i> e sociedades participadas	550

10.6.1 Observações gerais	550
10.6.2 Conflitos associados à aquisição de participações sociais	558
10.6.3 Conflitos conexos com a exploração de oportunidades decorrentes de processos de aquisição e de fusão de sociedades comerciais	560
10.6.3.1 Quadro geral	560
10.6.3.2 Ilustração casuística	562
10.6.3.2.1 O caso <i>AXA/MONY</i>	562
10.6.3.2.2 O caso <i>Deutsche Börse/London Stock Exchange</i>	565
10.6.4 Conflitos decorrentes da titularidade de poder de voto dissociado de um interesse económico na participação proporcionalmente correspondente (referência preliminar) . .	573
CAPÍTULO III – “Novos” conflitos de interesses entre sócios e sociedade:	
o caso particular do <i>empty voting</i>	575
11. O poder de voto dissociado de um interesse económico na participação proporcionalmente correspondente (<i>empty voting</i>) . .	575
11.1 Enunciado do problema	575
11.2 A raiz do debate: o poder de voto dos sócios à luz da construção de Easterbrook/Fischel	599
11.2.1 A racionalidade económica do direito (poder) de voto (controlo) dos sócios	599
11.2.2 Da regra “uma ação-um voto” à proibição de “compra e venda” de votos	610
11.2.3 Apreciação crítica. Sequência	614
11.3 Os “novos” conflitos de interesses entre sócios e sociedade	622
11.3.1 Ilustração casuística	622
11.3.1.1 Observações gerais	622
11.3.1.2 Intervenção exclusiva de sócios	623
11.3.1.2.1 Processos de aquisição e de reestruturação de sociedades	623
11.3.1.2.1.1 <i>Perry/Mylan/King</i>	623
11.3.1.2.1.2 <i>Multi-Fineline Electronix/MFS Technologies</i>	633
11.3.1.2.1.3 <i>Henderson Land Development Co./Henderson Investment</i>	635
11.3.1.2.1.4 <i>HP/Compaq, Coles Myer, AXA/MONY e Sears</i>	636
11.3.1.2.2 Outras situações: o caso <i>Laxey Partners/British Land</i> . . .	639
11.3.1.3 Intervenção da sociedade: em particular, o “parqueamento” de ações (<i>stock parking</i>)	640
11.3.1.3.1 Enquadramento	640

11.3.1.3.2 Alguns casos particulares	648
11.3.1.3.2.1 <i>UBS/BK Vision</i>	648
11.3.1.3.2.2 <i>Sonaecom/Portugal Telecom</i>	650
11.3.1.3.2.3 <i>OMV/MOL</i>	651
11.3.1.3.2.4 <i>Telus/Mason Capital</i>	652
11.3.2 Mecanismos e estratégias de dissociação do poder de voto do interesse económico na participação	654
11.3.2.1 Observações gerais	654
11.3.2.2 Instrumentos financeiros derivados	655
11.3.2.2.1 Aspectos gerais	655
11.3.2.2.1.1 Noção e funcionalidades	655
11.3.2.2.1.2 O impacto do movimento da inovação financeira sobre as sociedades de capitais. Os derivados e os conflitos de interesses entre sócios e sociedade: em especial, as operações com <i>swaps</i> de risco de crédito (<i>credit default swaps</i>)	663
11.3.2.2.2 Os derivados de “primeira geração”	670
11.3.2.2.2.1 Futuros	670
11.3.2.2.2.2 Opções	684
11.3.2.2.2.2.1 Enquadramento	684
11.3.2.2.2.2.2 A compra de opções de venda	687
11.3.2.2.2.2.3 A venda de opções de compra	692
11.3.2.2.2.2.4 As estratégias de “colarinho de custo zero”	696
11.3.2.2.2.3 Contratos de permuta financeira: em particular, os <i>equity swaps</i>	697
11.3.2.3 Outras operações	709
11.3.2.3.1 As vendas curtas	709
11.3.2.3.2 O empréstimo	711
11.3.2.3.3 O reporte	718
11.3.2.3.4 A venda com pacto (ou promessa) de recompra	730
11.3.2.3.5 A venda a retro	732
11.3.2.4 A estratégia de “captura na data de registo”	733
11.3.2.4.1 O procedimento de data de registo nas <i>public</i> <i>corporations</i> estado-unidenses	733
11.3.2.4.2 Contexto europeu e situação portuguesa	744
11.4 Relevância do <i>empty voting</i> no âmbito da reflexão sobre as inibições de voto dos sócios por conflito de interesses com a sociedade.	765
11.4.1 Observações gerais	765
11.4.2 A (conjeturada) correlação entre poder de voto e risco	767
11.4.2.1 Enquadramento	767

11.4.2.2 Titularidade do direito de voto: a inexistência de uma correlação biunívoca entre direito de voto e risco de capital	773
11.4.2.3 Peso (poder) de voto: princípio maioritário e “voto de capital”	779
11.4.3 A regra da “maioria de capitais” e as inibições de voto dos sócios por conflito de interesses com a sociedade. Idoneidade para a participação e “garantia de justeza” (correção) do processo de formação da vontade social	789
11.4.4 Distorções de “preferências” e formação da vontade social: a proibição de comercialização de “votos” e as inibições de voto dos sócios por conflito de interesses com a sociedade	800
PARTE III – AS INIBIÇÕES DE VOTO DOS SÓCIOS POR CONFLITO DE INTERESSES COM A SOCIEDADE NO SISTEMA PORTUGUÊS	809
CAPÍTULO I – Aspectos gerais	811
12. O conceito de conflito de interesses entre sócio e sociedade	811
12.1 Fisionomia global e projeção metodológica	811
12.2 Interesses em conflito	813
12.2.1 Interesse social.	813
12.2.1.1 Confronto entre teorias institucionalistas e contratualistas.	813
12.2.1.2 O interesse social na disciplina do direito de voto dos sócios: em particular, das inibições de voto por conflito de interesses com a sociedade	822
12.2.1.2.1 Interesse social e fim lucrativo.	822
12.2.1.2.2 A “concretização” do interesse social. Formulações abstratas e interesse concreto-final: discricionariedade e limites à atuação da maioria	838
12.2.1.2.3 Interesse social e direito de voto	846
12.2.1.2.3.1 Teleologia do direito de voto e dever de prossecução do fim social	846
12.2.1.2.3.2 Voto e composição de conflitos entre sócios	855
12.2.1.2.3.2.1 Conflitos entre sócios “neutros” face ao interesse social	855
12.2.1.2.3.2.2 Outros conflitos entre sócios.	860
12.2.2 Interesses extrassocietários	864
12.3 Incompatibilidade de interesses	876

12.3.1 Observações gerais	876
12.3.2 Fixação dos interesses e da respetiva “relação normativa”.	877
12.3.3 Requisitos da incompatibilidade de interesses	882
12.3.4 Concretização	887
12.4 Conflitos de interesses entre sócios e sociedade formais e substantivos	891
13. O dever de não exercício do direito de voto de sócios-quotistas e acionistas por conflito de interesses com a sociedade.	897
13.1 Observações gerais. Recolocação da controvérsia doutrinal em torno do art. 384.º/6	897
13.2 A putativa “essencialidade” do direito de voto como obstáculo meramente aparente ao reconhecimento do dever dos acionistas de não exercício do direito de voto em situações de conflito de interesses não especificadas por lei	906
13.2.1 O art. 980.º do Código Civil. Voto e intervenção dos sócios na vida social	906
13.2.2 O direito de participação em deliberações sociais: o art. 21.º/1 b)	912
13.3 Alcance da enumeração do art. 384.º/6. A <i>ratio juris</i> unitária das inibições de voto por conflito de interesses com a sociedade de acionistas e sócios-quotistas	919
13.4 Fundamentos dogmáticos e critérios jurídico-normativos de constituição do dever de não exercício do direito de voto de sócios-quotistas e acionistas por conflito de interesses com a sociedade	931
13.4.1 Fundamentos dogmáticos das inibições de voto dos sócios por conflito de interesses	931
13.4.1.1 Observações gerais	931
13.4.1.2 Em particular: o dever de lealdade do sócio	936
13.4.1.2.1 Enquadramento e antecedentes. Relance sobre a experiência germânica	936
13.4.1.2.2 Conteúdo e funções do dever de lealdade do sócio. Confronto com o dever de lealdade de membros de órgãos de gestão. O dever de não atuação em conflito de interesses	943
13.4.1.2.3 Concretização do dever de lealdade do sócio.	954
13.4.1.2.4 Inibições de voto dos sócios por conflito de interesses com a sociedade: relevo dogmático e operativo do dever de lealdade do sócio.	959

13.4.2 Critérios jurídico-normativos gerais de resolução de casos concretos	970
13.4.2.1 Observações gerais	970
13.4.2.2 Inibições de voto por situações de conflito de interesses especificadas na lei	971
13.4.2.3 Inibições de voto por situações de conflito de interesses não especificadas na lei	976
CAPÍTULO II – Âmbito de aplicação subjetivo das inibições de voto	
dos sócios por conflito de interesses com a sociedade	981
14. Observações gerais	981
15. Usufruto e penhor de participações sociais	983
16. Contitularidade de participações sociais	987
17. Representação (legal e voluntária)	989
17.1 Conflito de interesses entre representado e sociedade	989
17.2 Conflito de interesses entre representante e sociedade	991
18. Conflitos de interesses indiretos	993
18.1 Enquadramento	993
18.1.1 Noção e caracterização. Conflitos indiretos impuros e puros	993
18.1.2 A valoração de conflitos indiretos	1001
18.1.2.1 Preliminares	1001
18.1.2.2 Diretrizes gerais	1006
18.2 Ilustração de algumas conexões problemáticas entre votante e “interessado”	1010
18.2.1 Relações de proximidade pessoal	1010
18.2.2 Participação no capital social, relação de subordinação e domínio do “interessado” sobre a sociedade votante	1013
18.2.3 “Identidade económica” entre votante e sociedade “interessada”	1021
18.2.4 Membros de órgãos de administração e de fiscalização: a “representação orgânica”	1026
18.2.4.1 Preliminares	1026
18.2.4.2 “Interessado” “representante orgânico” de sociedade votante	1026
18.2.4.3 Votante “representante orgânico” de sociedade “interessada”	1029
18.2.4.4 Votante e “interessado” membros dos mesmos órgãos sociais	1030
18.2.5 Detenção fiduciária e exercício do direito de voto por conta do “interessado”	1032

18.2.6 Acordos parassociais	1034
19. Sociedades unipessoais	1035
20. Sociedades coligadas	1038
20.1 Observações gerais	1038
20.2 Relações de domínio	1040
20.3 Relações de grupo	1044
CAPÍTULO III – Âmbito de aplicação objetivo das inibições de voto dos sócios por conflito de interesses com a sociedade . . .	1049
21. Observações gerais.	1049
22. Situações especificadas na lei	1057
22.1 Situações comuns às sociedades por quotas e anónimas	1057
22.1.1 Designação de revisor oficial de contas encarregado da verificação de entradas em espécie.	1057
22.1.2 Liberação de obrigação ou responsabilidade do sócio	1059
22.1.3 Litígio sobre pretensão da sociedade contra o sócio ou deste contra aquela	1063
22.1.4 Destituição, por justa causa, do cargo de titular de órgão social	1065
22.1.5 Relações entre sociedade e sócio “estranhas ao contrato de sociedade”	1069
22.1.5.1 Sentido e alcance da qualificação de determinadas relações entre sociedade e sócio como “estranhas ao contrato de sociedade”.	1069
22.1.5.2 Concretização: em particular, as deliberações sobre a fixação de remuneração pelo exercício de cargos sociais e sobre projetos de fusão	1079
22.2 Situações especificamente previstas para as sociedades por quotas	1091
22.2.1 Perda, pelo sócio remisso, de parte da sua quota	1091
22.2.2 Exclusão do sócio.	1092
22.2.3 Consentimento para o exercício de atividade concorrente . . .	1094
22.3 Situações especificamente previstas para as sociedades anónimas	1095
22.3.1 Aquisição de bens a acionista	1095
22.3.2 Deliberação de supressão ou limitação do direito de preferência dos acionistas na subscrição de obrigações convertíveis em ações.	1096
23. Situações não especificadas na lei.	1096
23.1 Exigibilidade de prestações suplementares	1096

23.2 Consentimento para a transmissão de participações sociais	1098
23.3 Amortização de participações sociais	1105
23.4 Dispensa de caução	1108
23.5 Ofertas públicas de aquisição	1109
23.6 <i>Empty voting</i>	1113
23.6.1 Enquadramento	1113
23.6.2 Interesse económico líquido positivo na participação	1119
23.6.3 Interesse económico “zero” na participação.	1122
23.6.4 Interesse económico líquido negativo na participação	1125
24. Sociedades coligadas	1130
25. Autonomia dos sócios e inibições de voto por conflito de interesses . .	1135
25.1 Preterição das inibições de voto dos sócios por conflito de interesses com a sociedade.	1135
25.2 Previsão estatutária de inibições de voto dos sócios por conflito de interesses com a sociedade não especificadas por lei	1139
 CAPÍTULO IV – Efeitos jurídicos dos conflitos de interesses	
entre sócio e sociedade	1145
26. Observações gerais	1145
27. Impacto no <i>status socii</i>	1146
27.1 Situações passivas	1146
27.1.1 Dever de informação	1146
27.1.2 Dever de não exercício do direito de voto	1149
27.2 Situações ativas	1150
27.2.1 Direito de participação em assembleia geral	1150
27.2.2 Direito de impugnação de deliberações sociais	1151
28. Poderes e deveres do presidente da assembleia geral	1153
28.1 Sociedades anónimas	1153
28.2 Sociedades por quotas	1161
29. Exercício do direito de voto em situação de conflito de interesses com a sociedade.	1165
29.1 Invalidade do voto	1165
29.2 Repercussões sobre a deliberação social	1166
29.2.1 Enquadramento.	1166
29.2.2 Contagem indevida de votos inválidos	1167
29.2.3 Recusa indevida de votos válidos	1174
29.3 Outros efeitos jurídicos.	1176

SÍNTESE CONCLUSIVA	1181
ÍNDICE DE ESTATUTOS	1225
ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA	1229
ÍNDICE IDEOGRÁFICO.	1239
ÍNDICE BIBLIOGRÁFICO	1317

